



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas

1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso Administrativo I e II (Tema: Processo Administrativo Sem Fronteiras)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

(máximo 1000 caracteres)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Tema: Processo Administrativo Sem Fronteiras

O objetivo deste Mestrado é fazer um convite à investigação em um dos mais modernos domínios do Processo Administrativo dos nossos dias. Pretende-se analisar a dimensão sem fronteiras do Processo Administrativo nos seus múltiplos níveis: global, europeu e português segundo uma perspetiva comparada. Tanto os problemas clássicos como os atuais do processo administrativo (v.g. natureza jurídica, jurisdição, meios processuais, pressupostos, tutela urgente e cautelar) podem ser compreendidos e desenvolvidos nesta nova dimensão jurídica sem fronteiras.

6. Conteúdos programáticos:

PROGRAMA: Processo Administrativo sem Fronteiras

I- Dos Direitos e Processos Administrativos nacionais ao Direito e Processo Administrativo Sem fronteiras

1-As principais vertentes da dimensão sem fronteiras do Direito e do Processo Administrativo.

1.1- O Direito e o Processo Administrativo Comparado.

1.2- O Direito e o Processo Administrativo Europeu.

1.3- O Direito e o Processo Administrativo Global.

2- A dicotomia tradicional dos sistemas de Direito e Processo Administrativo de tipo executivo (ou francês) e de tipo judiciário (ou anglo-saxónico) e a tendência atual para a diluição de fronteiras e o entrecruzamento de características dos respetivos modelos.

II- Constituição do Processo Administrativo

1-A Constituição (nacional, europeia e global parcial) e o Tempo da Reforma do Processo Administrativo. O Processo Administrativo como “Direito Constitucional concretizado”. Dependência constitucional do Direito Administrativo e dependência administrativa do Direito Constitucional.

2- A Constituição Portuguesa do Processo Administrativo.

2.1- O “compromisso” originário da Constituição de 1976 em matéria de contencioso administrativo e a prática constitucional até à revisão constitucional de 1982.

2.2- A evolução do modelo constitucional de contencioso administrativo na revisão constitucional de 1982 e a primeira reforma do contencioso administrativo (1984/ 1985)

2.3- A transformação do modelo constitucional de justiça administrativa na revisão constitucional de 1989 e a “indiferença” da “realidade” constitucional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.4- A “revolução copernicana” da Justiça Administrativa na revisão constitucional de 1997 e a “agravada” inconstitucionalidade por omissão do legislador do contencioso administrativo
2.5- O longo procedimento de “gestação” e... Finalmente, a reforma do Processo Administrativo (2002/2004)!
2.6- “Meter os pés pelas mãos”. As “reforminhas da reforma” (2015 e 2019). A “evolução na continuidade possível”
3- “Relatório clínico” da reforma e “diagnóstico provisório” das perspectivas de evolução futura do processo administrativo.

II- O Direito Sem Fronteiras e as Exigências de Reconstrução do Processo Administrativo

1- Elenco de algumas Questões Problemáticas a ser Objeto de Reconstrução pelo Processo Administrativo:

- 1.1- Organização e Funcionamento da Justiça Administrativa.
- 1.2- Âmbito da Jurisdição.
- 1.3.- Meios Processuais Principais.
- 1.4- Processos Urgentes.
- 1.5- Providências Cautelares.
- 1.6- Processo Executivo.
- 1.7- Arbitragem.

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos visam mostrar novos temas e perspetivas metodológicas de forma a convidar os estudantes para a investigação nesta área científica.

8. Metodologias de ensino:

Participação no seminário destinada a partilhar a investigação realizada por cada um dos estudantes e a discussão dos diferentes temas.

9. Avaliação:

Participação no seminário e elaboração de um relatório final acerca de um dos temas investigados.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Os métodos adotados possibilitam a investigação científica autónoma por cada um dos estudantes.

11. Bibliografia principal:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Manual de Processo Administrativo», 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2020.

FREITAS DO AMARAL / MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, «Grandes Linhas da Reforma do Contencioso Administrativo», 3ª. edição (reimp.), Almedina, Coimbra, 2007.

VIEIRA DE ANDRADE, «A Justiça Administrativa (Lições)», 17ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

WLADIMIR BRITO, «Lições de Direito Processual Administrativo», 3.ª edição, Petrony, Lisboa, 2018.

SÉRVULO CORREIA, «Direito do Contencioso Administrativo», I vol., Lex, Lisboa, 2005.

ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, «Organização Judiciária Administrativa (e Tributária)», Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «Direito Constitucional e Administrativo sem Fronteiras», Almedina, Coimbra, 2019.

- «O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise – Ensaio Sobre as Acções no Novo Processo Administrativo», 2ª. edição, Almedina, Coimbra, 2009.

-- «Novas e Velhas Andanças do Contencioso Administrativo – Estudos sobre a Reforma do Processo Administrativo», AAFDL, Lisboa, 2005.

-- «Temas e Problemas de Processo Administrativo – Intervenções do Curso de Pós-graduação sobre o Processo Administrativo» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2010, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

VASCO PEREIRA DA SILVA / MIGUEL ASSIS RAIMUNDO / TIAGO SERRÃO / JOSÉ DUARTE COIMBRA / DAVID PRATAS BRITO / RITA CURRO, «“Casos Clínicos” de Processo Administrativo (Caderno Prático)», AAFDL, Lisboa, 2019.

VASCO PEREIRA DA SILVA / GONÇALO MATIAS / MARIA JOANA COLAÇO / TIAGO MACIEIRINHA, «O Processo Administrativo em Ação – Caderno de Trabalhos Práticos de Contencioso Administrativo», Universidade Católica Editora, Lisboa, 2009.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.